



REGULAMENTO INTERNO CALISTHENICS ALLIANCE (CAL)

Strength • Endurance • For All Levels

ÉPOCA DESPORTIVA 2027

VERSÃO 1.0 – 05/09/2026



PREÂMBULO

A Calisthenics Alliance (CAL) é um projeto criado pela Associação B.W.C.R. — Clube de Calistenia das Caldas da Rainha, em colaboração com outros clubes, atletas e entidades da comunidade nacional de calistenia, com o objetivo de organizar, regulamentar e promover a calistenia competitiva em Portugal.

Num contexto de crescimento contínuo da comunidade de calistenia no país, a CAL surge como resposta à inexistência de uma estrutura competitiva regular, contínua e devidamente regulamentada para a disciplina de Endurance. A Liga assenta em três pilares fundamentais: uma estrutura competitiva uniforme e contínua, um sistema de arbitragem rigoroso e imparcial, e um modelo classificatório que assegura propósito, progressão e compromisso ao longo de toda a época desportiva.

O presente Regulamento estabelece as normas que regem o funcionamento da CAL, sendo de cumprimento obrigatório por todos os intervenientes.

Nota: Salvo indicação em contrário, todas as referências a “atleta” no presente Regulamento aplicam-se a participantes de ambos os sexos.



ÍNDICE

PREÂMBULO	1
ÍNDICE	2
CAPÍTULO I – Disposições Gerais	4
Objeto	4
Âmbito	4
Objetivos da Liga	4
Entidade Organizadora	5
Meios Oficiais de Comunicação	5
CAPÍTULO II – Estrutura da Liga	6
Formato Geral	6
Calendário Competitivo	6
Locais de Competição	7
CAPÍTULO III – Inscrições e Elegibilidade	7
Inscrição e Admissão	7
Categorias e Divisões Competitivas	8
Elegibilidade	9
Integridade Física e Responsabilidade	9
CAPÍTULO IV – Eventos Competitivos	10
Protocolo Geral	10
Rotina Competitiva	11
Timecap	11
Equipamento	12
Atrasos	13
Ausência, Desistência e Interrupção Forçada	13
Reagendamentos e Repetições	14
CAPÍTULO V – Open CAL	15
Formato do Open CAL	15
Atribuição às Divisões Competitivas	16
CAPÍTULO VI – Época Regular	16
Formato das Provas	16
Vencedor da Battle	17
Convocatórias e Emparelhamentos	18
CAPÍTULO VII – Regras Técnicas	19
Exercícios Permitidos	19
Execução Técnica	19
Validação de Repetições	20



CAPÍTULO VIII – Júris e Arbitragem	20
Comitiva Nacional de Júris	20
Funções e Constituição dos Júris	21
Seleção e Impedimentos dos Júris	21
Decisões e Resolução de Dúvidas	22
CAPÍTULO IX – Pontuações e Ranking Nacional	22
Pontuação Base	22
Bónus de Performance	22
Princípios do Sistema de Pontuação	23
Ranking Nacional	23
Critérios de Desempate	24
CAPÍTULO X – Grand Final	24
Qualificação	24
Formato da Grand Final	25
Campeão da Liga e Premiação	27
CAPÍTULO XI – Disciplina	27
Comportamento Antidesportivo	27
Medidas Disciplinares	28
Reclamações	28
CAPÍTULO XII – Disposições Finais	29
Omissões	29
Força Maior e Cancelamento	29
Alterações ao Regulamento	29
Proteção de Dados Pessoais	30
Aceitação do Regulamento	30



CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Objeto)

1. O presente Regulamento estabelece as normas que regem a organização e participação na Calisthenics Alliance (CAL) para a época desportiva de 2027.
2. A CAL constitui uma liga de calistenia centrada na disciplina de Endurance, organizada através de eventos competitivos regulares ao longo da época desportiva, culminando num evento final que determina o campeão da Liga.
3. O presente Regulamento integra o Anexo Técnico previsto no Artigo 26.º n.º2.

Artigo 2.º

(Âmbito)

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os eventos oficiais da CAL realizados no âmbito da época desportiva de 2027.
2. O seu cumprimento é obrigatório para todos os atletas inscritos na Liga, bem como para júris, organizadores e demais intervenientes.
3. As normas de conduta e segurança constantes do presente Regulamento aplicam-se a todos os que se encontrem nos eventos oficiais da CAL, sendo o seu cumprimento condição de acesso e permanência no recinto.

Artigo 3.º

(Objetivos da Liga)

A CAL tem como objetivos:

- a) Desenvolver a calistenia competitiva em Portugal;
- b) Criar uma estrutura competitiva uniforme e contínua;
- c) Elevar o nível técnico e físico dos atletas através da competição regular;
- d) Estabelecer um ranking nacional na disciplina de Endurance;
- e) Promover a prática segura da modalidade e a integridade física dos atletas;
- f) Reforçar uma comunidade coesa, ativa e duradoura em torno da modalidade.



Artigo 4.º
(Entidade Organizadora)

1. A CAL é organizada pela Associação B.W.C.R. — Clube de Calistenia das Caldas da Rainha, com sede em Caldas da Rainha, em colaboração com outros clubes, atletas e entidades da comunidade nacional de calistenia.
2. Compete à entidade organizadora assegurar o cumprimento do presente Regulamento, gerir o calendário competitivo e garantir as condições logísticas necessárias à realização dos eventos.
3. As decisões relativas a situações não previstas no presente Regulamento são da competência exclusiva da organização, nos termos do Artigo 43.º.

Artigo 5.º
(Meios Oficiais de Comunicação)

1. Os meios oficiais de comunicação da CAL são:
 - a) Os canais digitais da CAL, destinados à divulgação de informação pública;
 - b) O grupo de mensagens oficial da CAL, destinado à comunicação operacional entre todos os intervenientes da Liga, ao qual todos os atletas têm acesso;
 - c) O contacto direto com o interveniente (por mensagem ou chamada), nos casos em que a comunicação seja de natureza individual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as comunicações efetuadas através dos meios referidos no número anterior são válidas para todos os efeitos regulamentares.
3. As decisões da organização que afetem diretamente um atleta, designadamente em matéria disciplinar ou de reclamações, apenas produzem efeitos quando comunicadas pelo meio previsto no n.º1 alínea c).
4. Os intervenientes são responsáveis por manter atualizados os seus contactos de comunicação junto da organização e por acompanhar regularmente os meios oficiais de comunicação da CAL.
5. Os prazos previstos no presente Regulamento contam-se a partir da receção da respetiva comunicação, considerando-se, para todos os efeitos, que a mesma foi recebida no dia seguinte ao da sua expedição.



CAPÍTULO II – Estrutura da Liga

Artigo 6.º (Formato Geral)

1. A época desportiva da CAL estrutura-se nas seguintes fases:
 - a) Um evento de abertura da Liga, designado “Open CAL”;
 - b) Uma época regular composta por quatro (4) eventos, designados “Provas”;
 - c) Um evento que encerra a época desportiva, designado “Grand Final”.
2. Os atletas são distribuídos pelas divisões da Liga, nos termos do Artigo 21.º, com base na classificação obtida no Open CAL.
3. Ao longo das Provas da época regular, os atletas acumulam pontos, nos termos dos Artigos 32.º e 33.º, os quais determinam a respetiva posição no ranking nacional e a elegibilidade para participação na Grand Final.

Artigo 7.º (Calendário Competitivo)

1. O calendário competitivo é definido pela organização antes do início da época desportiva e divulgado através dos meios oficiais de comunicação da CAL.
2. São divulgados, com uma antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias relativamente à data de realização do Open CAL:
 - a) A data e o local do Open CAL;
 - b) O prazo de inscrição na Liga e o limite máximo de atletas por categoria;
 - c) O valor da taxa de inscrição e respectivos prazos;
 - d) O Anexo Técnico, nos termos do Artigo 26.º n.º2.
3. São divulgados, com uma antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias relativamente à data de realização da primeira Prova:
 - a) As datas e os locais de todas as Provas;
 - b) A data e o local da Grand Final;
 - c) A atribuição dos atletas às divisões competitivas.
4. Quaisquer alterações ao calendário competitivo devem ser comunicadas a todos os atletas, júris e demais intervenientes através dos meios oficiais de comunicação da CAL, com uma antecedência mínima de dez (10) dias relativamente à data do novo agendamento.



Regulamento Interno Calisthenics Alliance (CAL)

5. Em caso de alteração da data de um evento, as rotinas competitivas já divulgadas mantêm-se inalteradas. Caso ainda não tenham sido divulgadas, a nova data deve permitir o cumprimento do prazo previsto no Artigo 14.º n.º1.
6. Entre o Open CAL e a primeira Prova deve mediar um intervalo mínimo de sessenta (60) dias e, entre Provas consecutivas, de quarenta e cinco (45) dias.

Artigo 8.º

(Locais de Competição)

1. Os eventos competitivos da época desportiva de 2027 realizam-se exclusivamente no Pavilhão Desportivo Rainha D. Leonor, em Caldas da Rainha, numa área especificamente designada para o efeito.
2. Em caso de impossibilidade de utilização do local por motivo de força maior ou outro impedimento superveniente, o evento é adiado, cabendo à organização definir uma nova data em conformidade com o Artigo 7.º, e proceder à sua divulgação através dos meios oficiais de comunicação da CAL.

CAPÍTULO III – Inscrições e Elegibilidade

Artigo 9.º

(Inscrição e Admissão)

1. A participação na CAL exige inscrição prévia na Liga, a realizar dentro do prazo definido no calendário competitivo.
2. A participação na CAL requer a entrega dos seguintes documentos:
 - a) Ficha de atleta devidamente preenchida, da qual consta obrigatoriamente a equipa que o atleta declara representar, entendida como o clube, ginásio ou outra estrutura desportiva a que se encontra ligado, ou a ausência de qualquer vínculo desse tipo, para efeitos do Artigo 24.º n.º3 e do Artigo 30.º n.º2;
 - b) Termo de responsabilidade e declaração de aptidão para a prática desportiva competitiva, nos termos do Artigo 12.º n.º1, assinados pelo atleta ou, no caso de ser menor de idade, pelos seus representantes legais.
3. A admissão na CAL garante ao atleta a participação no Open CAL e a convocatória para o número de Provas previsto no Artigo 24.º, não conferindo direito automático de participação na Grand Final, nos termos do Artigo 37.º.



4. A inscrição na Liga está sujeita ao pagamento de uma taxa de inscrição, cujo prazos, valor e condições são definidos pela organização e divulgados antes do início do prazo de inscrição através dos meios oficiais de comunicação da CAL.
5. As inscrições estão sujeitas a um limite máximo de atletas por categoria, sendo a admissão sempre realizada aos pares. Os atletas excedentes são colocados em lista de espera e admitidos, por ordem de inscrição, à medida que seja possível a admissão de novos pares.
6. Em caso de desistência do atleta, é devido o reembolso integral da taxa de inscrição se a desistência for comunicada até ao dia anterior à realização do Open CAL. Após esse momento não há lugar a reembolso, sem prejuízo do disposto no Artigo 10.º n.º6 e no Artigo 44.º.

Artigo 10.º

(Categorias e Divisões Competitivas)

1. A CAL é composta pelas seguintes categorias:
 - a) Masculino;
 - b) Feminino.
2. Dentro de cada categoria, os atletas competem numa das seguintes divisões:
 - a) Elite – Atletas de alto rendimento, com vasta experiência competitiva e domínio avançado das componentes técnicas e físicas da modalidade;
 - b) Advanced – Atletas com alguma experiência competitiva e domínio das componentes técnicas e físicas da modalidade;
 - c) Promises – Atletas recreativos ou em fase inicial de percurso competitivo, cujo foco principal é a evolução técnica, física e a aquisição de experiência.
3. As categorias e divisões funcionam de forma independente, dispondo de rotinas, convocatórias, rankings, vencedores e prémios próprios.
4. A divisão de cada atleta vigora durante toda a época desportiva, sendo determinada com base nos resultados obtidos no Open CAL, nos termos do Artigo 21.º, e mantendo-se inalterada a partir do início da época regular.
5. A abertura das divisões é definida pela organização em função do volume de inscrições e do nível técnico demonstrado pelos atletas, reservando-se a organização o direito de abrir apenas as divisões que considerar adequadas ao quórum e qualidade competitiva.



6. Caso não se verifique a abertura de uma divisão adequada ao nível de um determinado atleta, ou se a sua categoria for cancelada na totalidade, o atleta afetado é integralmente reembolsado da respetiva taxa de inscrição.

Artigo 11.º **(Elegibilidade)**

São elegíveis para participar nos eventos competitivos da CAL os atletas que:

- a) Se encontrem devidamente inscritos na Liga;
- b) Se encontrem em conformidade com os prazos de pagamento da taxa de inscrição definidos pela organização;
- c) Tenham sido atribuídos a uma divisão competitiva (exceto no Open CAL);
- d) Tenham completado catorze (14) anos até à data de realização do Open CAL;
- e) Cumpram o presente Regulamento;
- f) Cumpram os requisitos físicos e legais aplicáveis à prática desportiva.

Artigo 12.º **(Integridade Física e Responsabilidade)**

1. A participação nos eventos da CAL pressupõe que o atleta está apto para a prática desportiva competitiva, sendo da sua exclusiva responsabilidade aferir essa aptidão antes de cada evento.
2. A organização não se responsabiliza por lesões ou danos físicos decorrentes da participação nos eventos da CAL, salvo nos casos de dolo ou negligência grave imputável à organização, nos termos da legislação aplicável.
3. Em caso de lesão ou mal-estar durante a execução de uma rotina, o atleta deve interrompê-la imediatamente, comunicando a sua desistência aos júris designados, sendo a situação tratada nos termos do Artigo 18.º.
4. Sempre que os júris designados ou a organização considerem que a continuação da execução de uma rotina representa um risco para a integridade física do atleta, podem determinar a sua interrupção forçada, sendo a situação igualmente tratada nos termos do Artigo 18.º.



CAPÍTULO IV – Eventos Competitivos

Artigo 13.º

(Protocolo Geral)

1. Em todos os eventos competitivos da CAL, os atletas executam rotinas competitivas, individualmente ou em formato de Battle.
2. O horário previsto para a execução de cada rotina é definido pela organização e divulgado através dos meios oficiais de comunicação da CAL até quarenta e oito (48) horas antes do evento, podendo sofrer alterações no decorrer do evento por motivos logísticos ou operacionais.
3. A cronologia dos blocos competitivos em qualquer evento oficial da CAL segue, obrigatoriamente, a seguinte ordem (quando aplicável):

Ordem	Bloco	Sequência
—	Open CAL (<i>divisão única</i>)	Feminino → Masculino
1º	Promises	Feminino → Masculino
2º	Advanced	Feminino → Masculino
3º	Elite	Feminino → Masculino

4. É recomendada a presença dos atletas junto da área de competição com uma antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação à hora prevista para a execução das suas rotinas, sendo da sua exclusiva responsabilidade acompanhar eventuais alterações ao horário do evento.
5. O acesso à área de competição é reservado exclusivamente a atletas em competição, júris, organização e pessoal acreditado, sendo proibida a presença de terceiros sem autorização expressa da organização.
6. Os atletas são responsáveis pelo seu próprio aquecimento, devendo realizá-lo fora da área de competição, em local designado pela organização.
7. Os atletas devem apresentar-se na área de competição quando chamados para a execução da sua rotina, passando a dispor de um período de preparação de cinco (5) minutos, com início imediato após a chamada.
8. A execução da rotina inicia-se após o termo do período de preparação, mediante confirmação de prontidão de todos os atletas envolvidos. Caso essa confirmação não ocorra num prazo razoável, os júris podem, ao seu critério, determinar o início da execução independentemente da mesma.



Artigo 14.º
(Rotina Competitiva)

1. As rotinas competitivas da CAL são definidas pela organização e divulgadas com uma antecedência mínima de trinta (30) dias relativamente à data da sua realização, através dos meios oficiais de comunicação da CAL.
2. Cada rotina deve especificar obrigatoriamente:
 - a) Os exercícios a executar e a respetiva ordem;
 - b) O número de repetições por exercício;
 - c) A carga adicional exigida para cada exercício, quando aplicável;
 - d) O tempo limite de execução, nos termos do Artigo 15.º.
3. Os exercícios devem ser realizados pela ordem definida na rotina, não sendo obrigatória a sua execução ininterrupta (*unbroken*). Cada exercício deve ser concluído antes de se avançar para o seguinte, até ao termo da rotina ou até ser atingido o tempo limite de execução.
4. O tempo total de execução de uma rotina corresponde ao tempo decorrido desde o início da execução até um dos momentos referidos no número anterior. A cronometragem é efetuada por um elemento designado pela organização, sendo esse o único registo válido.
5. Os atletas são responsáveis pela preparação e colocação do material necessário à execução da sua rotina, incluindo, quando aplicável, as cargas adicionais, cintos de lastro, coletes de pesos, caixas ou outros equipamentos de apoio, assegurando o uso seguro e a integridade do material e das instalações.

Artigo 15.º
(Timecap)

1. Cada rotina competitiva fixa um tempo limite de execução, designado *timecap*.
2. Atingido o *timecap*, a execução da rotina é interrompida, sendo apenas contabilizadas as repetições válidas executadas até esse momento.
3. É assinalado, de forma audível a todos os atletas em execução, o momento em que o *timecap* é atingido.
4. Qualquer repetição em curso no momento do *timecap* não é contabilizada, ainda que venha a ser concluída posteriormente.



Artigo 16.º
(Equipamento)

1. É obrigatório o uso de calçado desportivo durante a execução das rotinas.
2. É expressamente permitida a utilização dos seguintes equipamentos:
 - a) Magnésio sólido ou líquido, sendo este da responsabilidade do atleta, dado que a organização apenas disponibiliza magnésio sólido em quantidade limitada;
 - b) Cintos de lastro próprios, sendo admitidos tanto os modelos com sistema de fixação por corrente metálica como os modelos com fita de nylon ou tecido;
 - c) Tiras de punho (*wrist wraps*), fita adesiva (*tape*) e outros equipamentos de suporte articular ou de proteção das mãos, desde que não confirmem vantagem mecânica na execução dos exercícios.
3. É expressamente proibida a utilização dos seguintes equipamentos:
 - a) Resinas, colas, aderentes e quaisquer outros produtos destinados a aumentar a aderência, com exceção do magnésio admitido nos termos do n.º2 alínea a);
 - b) Cargas e coletes de peso próprios, sendo obrigatória a utilização exclusiva do material disponibilizado pela organização;
 - c) Equipamentos que confirmem vantagem mecânica, designadamente grips com gancho, ganchos de suspensão, fitas ou quaisquer dispositivos de fixação do atleta à barra ou às argolas.
4. Em caso de dúvida quanto à admissibilidade de determinado equipamento, o atleta deve consultar a organização antes do início da execução da sua rotina, cabendo a esta a decisão final.
5. Sempre que seja detetada uma inconformidade de equipamento durante a execução de uma rotina, o atleta é imediatamente notificado pelos júris ou pela organização, devendo corrigir a situação sem que o cronómetro de prova seja interrompido. As repetições validadas até ao momento da notificação mantêm-se válidas, sendo consideradas inválidas todas as repetições realizadas entre a notificação e a correção da inconformidade. Após a correção, a execução da rotina prossegue normalmente.
6. Sempre que a inconformidade seja detetada após o termo da execução, a situação é apreciada pela Comitativa Nacional de Júris (CNJ) em articulação com a organização, que determina, em função das circunstâncias, a manutenção do resultado, a sua anulação ou a repetição da execução nos termos do Artigo 19.º.



Artigo 17.º

(Atrasos)

1. Após a chamada, os atletas dispõem de uma tolerância máxima de dez (10) minutos para se apresentarem na área de competição.
2. Ao atleta que se apresente dentro do período de tolerância referido no número anterior é concedido o tempo remanescente do período de preparação previsto no Artigo 13.º n.º7 ou, tendo este já terminado, um (1) minuto.
3. O atleta que não se apresente dentro do período de tolerância, sem justificação aceite pela organização, é considerado ausente da execução da respetiva rotina.

Artigo 18.º

(Ausência, Desistência e Interrupção Forçada)

1. Considera-se “ausência” a situação em que o atleta não se apresente para a execução da sua rotina, ou se apresente fora do período de tolerância nos termos do Artigo 17.º n.º3, sendo-lhe atribuídas zero (0) repetições válidas e um tempo total de execução equivalente ao *timecap*.
2. Considera-se “desistência” a situação em que o atleta, após iniciar a execução da sua rotina, interrompa a execução por decisão própria, sendo-lhe atribuído o número de repetições válidas executadas até ao momento da desistência e um tempo total de execução equivalente ao *timecap*.
3. Considera-se “interrupção forçada” a situação em que a execução da rotina de um atleta seja interrompida por decisão dos júris ou da organização, por motivos de segurança, proteção da integridade física ou ocorrência de circunstâncias externas que impeçam a continuação normal da execução.
4. Em caso de interrupção forçada aplica-se, consoante as circunstâncias concretas da ocorrência:
 - a) A repetição integral da execução da rotina no evento em curso ou em momento posterior, sempre que a interrupção resulte de circunstâncias externas não imputáveis ao desempenho físico do atleta; ou
 - b) A validação do resultado obtido até ao momento da interrupção, contabilizando-se o número de repetições válidas executadas e um tempo total de execução equivalente ao *timecap*, nomeadamente nos casos de interrupção por motivos de integridade física do atleta, nos termos do Artigo 12.º.



5. Não é considerada ausência, para os efeitos do n.º1, a não comparência ou o atraso do atleta à execução da sua rotina quando justificados e aceites pela organização, aplicando-se o regime de reagendamento previsto no Artigo 19.º.
6. As ausências repetidas e injustificadas podem implicar a aplicação de medidas disciplinares, nos termos do Capítulo XI.

Artigo 19.º

(Reagendamentos e Repetições)

1. O reagendamento da execução de uma rotina ocorre, sempre que possível, em caso de não comparência ou atraso justificados e aceites pela organização. Caso não seja possível, o atleta é considerado ausente, nos termos do Artigo 18.º.
2. A repetição da execução de uma rotina ocorre obrigatoriamente em caso de interrupção forçada, decorrente de circunstâncias externas.
3. Sempre que possível, o reagendamento e a repetição devem ser realizados no âmbito do evento competitivo em curso, caso em que:
 - a) Deve ser respeitado um intervalo mínimo de quinze (15) minutos entre a comunicação aos atletas envolvidos e o início da execução da rotina;
 - b) Deve ocorrer no final do respetivo bloco competitivo, designadamente no final da categoria, divisão ou fase da competição em curso.
4. Caso o reagendamento ou a repetição ocorra num evento competitivo posterior, a execução da rotina deve ser realizada no final do respetivo evento.
5. Em caso de reagendamento ou repetição de uma rotina, mantêm-se inalterados todos os critérios e condições originalmente definidos para a mesma, salvo as exceções previstas no presente Regulamento.
6. Nenhum reagendamento ou repetição pode comprometer o funcionamento normal do evento em curso, cabendo à organização adotar as medidas necessárias para o assegurar.



CAPÍTULO V - Open CAL

Artigo 20.º

(Formato do Open CAL)

1. O Open CAL constitui o evento de abertura da Liga, sendo a sua participação obrigatória para todos os atletas inscritos, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e aceites pela organização.
2. Tem como objetivo a atribuição de uma divisão competitiva a cada atleta para a época desportiva de 2027 e a determinação da sua posição inicial no ranking nacional, nos termos do Artigo 35.º n.º2, não conferindo, porém, qualquer pontuação para o mesmo.
3. No Open CAL, todos os atletas executam uma única rotina competitiva, distinta para cada categoria da Liga.
4. Ao Open CAL aplica-se, com as adaptações necessárias, o regime dos eventos competitivos, as regras técnicas e os critérios de arbitragem previstos nos Capítulos IV e VII, com as seguintes especificidades:
 - a) Em caso de incapacidade de iniciar ou concluir o número total de repetições de um determinado exercício da rotina, o atleta pode optar por finalizá-lo antecipadamente e avançar para o exercício seguinte, sendo-lhe contabilizadas apenas as repetições válidas executadas até ao momento da transição e perdendo o direito de regressar ao exercício em questão. Esta transição deve ser comunicada aos júris designados e é irreversível;
 - b) Não há lugar ao reagendamento ou à repetição da rotina competitiva em evento posterior ao Open CAL, ficando, nesses casos, a atribuição da divisão competitiva ao critério da organização, nos termos do Artigo 21.º n.º3.
5. A incapacidade de execução de um ou mais exercícios ou repetições da rotina dentro do tempo limite de execução, por insuficiência técnica ou física, não impede a atribuição de uma divisão competitiva ao atleta, sendo esta determinada com base nos exercícios e repetições válidas executadas até ao fim do respetivo tempo limite, nos termos do Artigo 21.º n.º2.



Artigo 21.º

(Atribuição às Divisões Competitivas)

1. A atribuição dos atletas às divisões da respetiva categoria é efetuada com base na classificação obtida no Open CAL, sendo os atletas colocados por ordem decrescente de classificação e repartidos de forma tendencialmente equilibrada pelas divisões abertas, devendo cada divisão integrar um número par de atletas.
2. A classificação do Open CAL é determinada pela ordenação dos atletas, do primeiro ao último classificado, através da aplicação sucessiva dos seguintes critérios à execução da respetiva rotina:
 - a) Maior número de exercícios totalmente concluídos;
 - b) Maior número de repetições válidas executadas;
 - c) Menor tempo total de execução;
 - d) Sorteio, a realizar pela organização no final do Open CAL.
3. A organização pode, em casos excecionais e justificados, atribuir ou alterar a divisão de um atleta, tendo em conta o equilíbrio competitivo e o nível técnico e físico demonstrado, sendo o atleta colocado na última posição do ranking da divisão à data da alteração, até ao prazo previsto no Artigo 7.º n.º3.
4. Sempre que se aplique o disposto no número anterior, a decisão deve ser comunicada por escrito ao atleta, de forma fundamentada, podendo este apresentar reclamação nos termos do Artigo 42.º.

CAPÍTULO VI – Época Regular

Artigo 22.º

(Formato das Provas)

1. As Provas constituem os eventos competitivos da época regular da CAL, nos quais os atletas acumulam pontos para o ranking nacional.
2. São compostas por confrontos diretos entre dois atletas da mesma categoria e divisão, designados “Battle”, sendo que cada atleta realiza apenas uma Battle por Prova, salvo nos casos expressamente previstos no presente Regulamento.
3. Cada Battle consiste na execução de uma rotina competitiva por ambos os atletas, em simultâneo ou em condições equivalentes.



4. Em cada Prova, todos os atletas da mesma categoria e divisão executam a mesma rotina competitiva definida para essa Prova.
5. Às Battles das Provas aplica-se, com as adaptações necessárias, o regime dos eventos competitivos, as regras técnicas e os critérios de arbitragem previstos nos Capítulos IV e VII, com as seguintes especificidades:
 - a) Verificando-se atraso ou não comparência justificados de um dos atletas, deve procurar-se o reagendamento da Battle para ambos, nos termos do Artigo 19.º, mediante acordo dos atletas envolvidos;
 - b) Não sendo possível o reagendamento para ambos, o atleta presente executa a rotina competitiva em regime individual, sendo-lhe atribuída a vitória se o adversário vier a ser considerado ausente nos termos do Artigo 18.º;
 - c) Em caso de desistência ou interrupção forçada de um dos atletas, o outro prossegue a execução da rotina até à sua conclusão ou até atingir o *timecap*;
 - d) Sempre que a interrupção forçada referida na alínea anterior decorra de circunstâncias externas, é garantida ao atleta interrompido a repetição da execução da rotina, mantendo-se válido o resultado obtido pelo adversário;
 - e) Em caso de interrupção forçada por circunstâncias externas que afetem ambos os atletas, a Battle é anulada e repetida nos termos do Artigo 19.º;
 - f) Em caso de ausência de ambos os atletas, a Battle não se realiza.

Artigo 23.º

(Vencedor da Battle)

1. O vencedor da Battle é determinado pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios à execução da respetiva rotina:
 - a) Maior número de repetições válidas executadas;
 - b) Menor tempo total de execução.
2. Para efeitos do n.º1 alínea b), ao atleta que não conclua a rotina dentro do tempo limite é atribuído um tempo total de execução equivalente ao *timecap*.
3. Em caso de igualdade em ambos os critérios, a Battle considera-se empatada, sem prejuízo do disposto no Artigo 22.º n.º5 alínea b).



Artigo 24.º

(Convocatórias e Emparelhamentos)

1. Durante a época regular da CAL, cada atleta é convocado a participar em, pelo menos, três (3) das quatro (4) Provas que a compõem.
2. É expressamente proibido que o mesmo par de atletas se defronte em mais do que uma Battle ao longo de toda a época regular, prevalecendo esta proibição sobre os critérios do número seguinte.
3. As convocatórias e os emparelhamentos das Battles são definidos manualmente pela organização com base nos seguintes critérios orientadores:
 - a) Número de Provas em falta de cada atleta;
 - b) Proximidade no ranking, preferencialmente até três (3) posições inclusive;
 - c) Minimização de Battles entre atletas da mesma equipa;
 - d) Maximização de atletas da mesma equipa no mesmo evento;
 - e) Disponibilidade dos atletas, quando logisticamente viável.
4. Sempre que a divisão integre um número ímpar de atletas disponíveis para uma determinada Prova, observa-se o seguinte:
 - a) Seleciona-se aleatoriamente um atleta para executar a rotina a solo, de entre os atletas disponíveis para a Prova que se situem até três (3) posições de proximidade no ranking do atleta em falta, inclusivé;
 - b) Não havendo atletas no intervalo previsto na alínea anterior, a seleção aleatória passa a abranger todos os disponíveis da respetiva categoria e divisão;
 - c) A execução da rotina a solo é equiparada, para todos os efeitos, à realização de uma Battle contra um atleta ausente, nos termos do Artigo 22.º n.º5 alínea b);
 - d) A resolução de situações desta natureza é sempre prioritária face à definição dos restantes emparelhamentos da Prova.
5. As convocatórias e os emparelhamentos são divulgados juntamente com a rotina competitiva de cada Prova, nos termos do Artigo 14.º n.º1.



CAPÍTULO VII – Regras Técnicas

Artigo 25.º

(Exercícios Permitidos)

1. As rotinas competitivas da CAL podem incluir os seguintes exercícios:
 - a) Muscle-Up;
 - b) Pull-Up ou Chin-Up;
 - c) Ring Row;
 - d) Dip ou Straight Bar Dip;
 - e) Push-Up ou Low Bar Push-Up;
 - f) Squat ou Lunge.
2. A introdução de exercícios não previstos no n.º1 pode ser determinada pela organização após o Open CAL, em função do nível dos atletas, desde que a respetiva definição técnica e os critérios de validação sejam incluídos no Anexo Técnico e divulgados com a antecedência prevista no Artigo 14.º n.º1.
3. A organização pode determinar a realização de exercícios com carga adicional, devendo essa indicação constar da rotina divulgada nos termos do Artigo 14.º.

Artigo 26.º

(Execução Técnica)

1. Todas as repetições devem cumprir, de forma cumulativa, os seguintes critérios:
 - a) Amplitude de movimento completa;
 - b) Lockout obrigatório, entendido como a extensão completa das articulações no ponto final do movimento;
 - c) Proibição de kipping, entendido como o uso de impulso ou balanço corporal para auxiliar a execução do movimento;
 - d) Movimento uniforme e controlado em todas as fases de execução.
2. As definições técnicas e os critérios de validação específicos de cada exercício constam de Anexo Técnico próprio, divulgado através dos meios oficiais de comunicação da CAL com a antecedência prevista no Artigo 7.º n.º2.



3. As alterações ao Anexo Técnico seguem o regime do Artigo 45.º e não podem ocorrer entre a divulgação de uma rotina competitiva e a respetiva execução.

Artigo 27.º

(Validação de Repetições)

1. A validação das repetições é da competência exclusiva dos júris designados para a arbitragem do respetivo atleta, nos termos do Capítulo VIII.
2. Uma repetição é considerada inválida sempre que qualquer júri designado considere que não respeita um ou mais dos critérios previstos no Artigo 26.º.
3. Apenas as repetições tecnicamente válidas são contabilizadas para efeitos de pontuação e conclusão da rotina competitiva, não existindo qualquer penalização pelas repetições inválidas.
4. A invalidação de uma repetição é sinalizada de imediato e em voz alta pelo júri que a determine, não sendo essa repetição contabilizada. Em caso de divergência entre os dois júris designados, prevalece a invalidação.

CAPÍTULO VIII – Júris e Arbitragem

Artigo 28.º

(Comitiva Nacional de Júris)

1. A CAL dispõe de uma Comitiva Nacional de Júris (CNJ), responsável pela arbitragem de todos os eventos oficiais da Liga.
2. A composição da CNJ é definida pela organização antes do início da época desportiva e divulgada através dos meios oficiais de comunicação da CAL, podendo ser atualizada sempre que necessário.
3. Apenas pode integrar a CNJ quem demonstre conhecimento do presente Regulamento e do Anexo Técnico e tenha frequentado as formações de arbitragem promovidas pela organização.
4. A arbitragem de qualquer atividade de natureza competitiva no âmbito da CAL é da competência exclusiva de júris da CNJ.



Artigo 29.º

(Funções e Constituição dos Júris)

1. Durante toda a execução da sua rotina, cada atleta é acompanhado por dois júris designados, constituindo um júri principal e um júri auxiliar.
2. Ambos os júris são igualmente responsáveis pela validação técnica das repetições, cabendo adicionalmente ao júri principal a contagem, em voz alta, de todas as repetições válidas executadas pelo atleta.
3. No âmbito das suas funções, os júris são responsáveis por:
 - a) Verificar a conformidade do equipamento do atleta e as condições do material de competição antes do início da execução da rotina;
 - b) Validar ou invalidar, em tempo real, cada repetição executada pelo atleta, de acordo com as regras técnicas previstas no Artigo 26.º;
 - c) Orientar a execução da rotina competitiva, assegurando o cumprimento da ordem dos exercícios definidos;
 - d) Registrar o resultado final da rotina, do qual constam o número de repetições válidas executadas e o tempo total de execução.

Artigo 30.º

(Seleção e Impedimentos dos Júris)

1. A organização deve assegurar a manutenção dos mesmos júris nos respetivos postos de arbitragem em todas as execuções da mesma rotina competitiva, salvo substituição necessária e justificada.
2. Nenhum júri pode arbitrar um atleta com o qual mantenha vínculo direto de equipa, clube ou estrutura desportiva, exceto quando não exista alternativa viável que assegure o funcionamento normal do evento. Nesse caso, deve assegurar-se que o outro júri designado não mantém vínculo com esse atleta e deve dar-se conhecimento da situação a ambos os atletas.
3. Nenhum júri pode exercer funções na categoria ou divisão em que participe como atleta, sendo excluído dessas funções no respetivo contexto competitivo.



Artigo 31.º

(Decisões e Resolução de Dúvidas)

1. As decisões dos júris sobre a validade de qualquer repetição executada por um atleta são imediatas, finais e vinculativas.
2. Não é admitida qualquer forma de protesto ou recurso por parte dos atletas durante a execução da rotina, podendo tais condutas determinar a aplicação de medidas disciplinares, nos termos do Capítulo XI.
3. As situações excecionais ou dúvidas de interpretação no âmbito da arbitragem são resolvidas pela CNJ, em articulação com a organização.
4. Não é efetuado registo vídeo das execuções para efeitos de reapreciação, não sendo admitida a revisão de repetições após o termo da execução da rotina.

CAPÍTULO IX — Pontuações e Ranking Nacional

Artigo 32.º

(Pontuação Base)

1. É atribuída a cada atleta uma pontuação base por cada Battle realizada, de acordo com o respetivo resultado:
 - a) Vitória — 50 pontos;
 - b) Empate — 30 pontos;
 - c) Derrota — 10 pontos.
2. São atribuídos zero (0) pontos aos atletas ausentes de uma Battle.

Artigo 33.º

(Bónus de Performance)

1. São também atribuídos pontos adicionais aos atletas em função do seu tempo total de execução, apurados em cada Prova por categoria e divisão.
2. Não são elegíveis para o bónus de performance os atletas que:
 - a) Não concluem a rotina dentro do tempo limite de execução;
 - b) Executem a rotina em momento posterior à Prova para a qual foi definida.



Regulamento Interno Calisthenics Alliance (CAL)

3. A repetição da execução em evento posterior, nos termos do Artigo 19.º n.º2, não prejudica a elegibilidade para o bônus, sendo o tempo do atleta comparado com os obtidos na Prova original.
4. Os atletas elegíveis são ordenados por ordem crescente de tempo total de execução na respetiva rotina, sendo o bônus determinado pela seguinte fórmula, com arredondamento por defeito:

$$B = 30 \times (N - P) \div (N - 1)$$

em que B é o bônus a atribuir, N o número de atletas elegíveis da respetiva categoria e divisão e P a posição do atleta na ordenação.

5. Não há lugar a bônus de performance quando exista um único atleta elegível.
6. Em caso de igualdade de tempos, os atletas empatados ocupam a mesma posição na ordenação, retomando-se a numeração na posição seguinte ao número de atletas já ordenados.

Artigo 34.º

(Princípios do Sistema de Pontuação)

1. A vitória constitui o fator principal de pontuação, tendo prioridade sobre os bônus de performance.
2. Os bônus de performance servem como fator de diferenciação entre atletas com resultados semelhantes ao longo da época regular.
3. O sistema de pontuação visa recompensar simultaneamente a consistência competitiva, através da pontuação base acumulada, e o desempenho global, através dos bônus de performance.

Artigo 35.º

(Ranking Nacional)

1. O ranking nacional da CAL é apurado de forma independente por categoria e divisão competitiva, ordenando os atletas do primeiro ao último classificado, por ordem decrescente de pontuação total.
2. Até à realização da primeira Prova, o ranking nacional de cada divisão corresponde à classificação obtida no Open CAL.



3. A pontuação total de cada atleta corresponde à soma das pontuações obtidas nas Provas em que participou ao longo da época regular, incluindo pontuação base e eventuais bónus de performance, nos termos dos Artigos 32.º e 33.º.
4. O ranking é atualizado pela organização no prazo máximo de setenta e duas (72) horas após a realização de cada Prova e divulgado através dos meios oficiais de comunicação da CAL.
5. O ranking atualizado é utilizado para definir os emparelhamentos nas Provas, nos termos do Artigo 24.º, bem como para determinar a elegibilidade para a Grand Final, nos termos do Artigo 37.º.
6. A repetição da execução de uma rotina em evento posterior, nos termos do Artigo 33.º n.º3, implica o recálculo do bónus de performance de todos os atletas da respetiva categoria e divisão, podendo daí resultar a alteração das pontuações já atribuídas e do ranking divulgado.

Artigo 36.º

(Critérios de Desempate)

1. Em caso de empate pontual entre dois ou mais atletas no ranking, o desempate é efetuado mediante a aplicação sucessiva dos seguintes critérios:
 - a) Maior número de vitórias;
 - b) Resultado do confronto direto, se aplicável;
 - c) Menor média dos tempos totais de execução ao longo da época regular;
 - d) Melhor classificação obtida no Open CAL;
 - e) Sorteio, a realizar pela organização.

CAPÍTULO X — Grand Final

Artigo 37.º

(Qualificação)

1. Qualificam-se para a Grand Final, por categoria e divisão, os oito (8) atletas melhor classificados no ranking nacional no final da época regular. Nas divisões com menos de oito (8) atletas, qualificam-se apenas os quatro (4) primeiros.



2. Em caso de desistência ou impossibilidade de participação de um atleta qualificado, a organização procura, até setenta e duas (72) horas antes da Grand Final, preencher a vaga com o atleta imediatamente seguinte no ranking.
3. A Grand Final disputa-se em quadro de oito (8) ou de quatro (4) atletas, consoante o número de atletas que venham a participar:
 - a) Havendo cinco (5) ou mais, o quadro é de oito (8);
 - b) Havendo três (3) ou quatro (4), o quadro é de quatro (4);
 - c) Havendo dois (2), realiza-se apenas a final;
 - d) Havendo um (1), o atleta é automaticamente declarado campeão.
4. As posições em falta para completar o quadro são preenchidas atribuindo um bye – passagem direta à fase seguinte – aos atletas mais bem classificados.

Artigo 38.º

(Formato da Grand Final)

1. A Grand Final constitui o evento de encerramento da Liga, reservado aos atletas qualificados nos termos do Artigo 37.º, no qual é determinado, por categoria e divisão, o campeão da CAL da respetiva época desportiva.
2. O evento decorre em eliminatórias progressivas, em formato de Battle. O quadro de oito (8) atletas compreende quartos-de-final, meias-finais e final; o quadro de quatro (4) compreende meias-finais e final.
3. Os emparelhamentos da fase inicial são definidos com base na ordem de qualificação dos atletas no ranking nacional, do seguinte modo:

Quadro de 8 Atletas

1.º	vs	8.º
4.º	vs	5.º
3.º	vs	6.º
2.º	vs	7.º

Quadro de 4 Atletas

1.º	vs	4.º
2.º	vs	3.º



4. Em cada eliminatória, todos os atletas da mesma categoria e divisão executam a mesma rotina competitiva definida para essa eliminatória.
5. Às Battles das eliminatórias aplica-se, com as adaptações necessárias, o regime dos eventos competitivos, as regras técnicas e os critérios de arbitragem previstos nos Capítulos IV e VII, bem como o regime das Battles previsto no Artigo 22.º, com as seguintes especificidades:
 - a) Os dois atletas executam a rotina em simultâneo, não sendo admitida a execução em blocos separados;
 - b) Em caso de atraso devidamente justificado de um dos atletas, a Battle pode ser reagendada para ambos no próprio evento, nos termos do Artigo 19.º. Sendo impossível, é atribuída a vitória ao atleta presente, por ausência do adversário;
 - c) Em caso de interrupção forçada por circunstâncias externas que afetem ambos os atletas, a Battle é repetida no próprio evento, nos termos do Artigo 19.º. Sendo impossível, a situação é resolvida pela organização, podendo implicar o adiamento da Grand Final;
 - d) A organização pode determinar a interrupção da execução da rotina de um atleta após a conclusão da rotina do adversário, quando o resultado da Battle já não possa ser alterado nos termos do Artigo 23.º.
6. Transita para a fase seguinte o vencedor de cada Battle, nos termos do Artigo 23.º. Em caso de empate, o desempate é efetuado da seguinte forma:
 - a) Realização de uma Battle extra de desempate (tie-break), com uma rotina específica para cada categoria e divisão competitiva, divulgada com a antecedência prevista no Artigo 14.º n.º1;
 - b) A Battle de desempate é realizada após um intervalo mínimo de dez (10) minutos do termo da Battle original;
 - c) Em caso de novo empate na Battle extra, o desempate é efetuado por sorteio realizado pela organização imediatamente após o termo desta.
7. Quando aplicável, o terceiro lugar é determinado através de uma Battle específica entre os atletas eliminados nas meias-finais, sendo o vencedor apurado com base nos critérios previstos no número anterior.
8. As Battles da Grand Final não conferem pontuação para o ranking nacional, que se considera encerrado após o termo da época regular.



Artigo 39.º

(Campeão da Liga e Premiação)

1. O vencedor da Grand Final é declarado Campeão da Calisthenics Alliance (CAL) 2027 da respetiva categoria e divisão.
2. A classificação final da Grand Final é determinada da seguinte forma:
 - a) Primeiro (1.º) lugar – vencedor da final;
 - b) Segundo (2.º) lugar – atleta derrotado na final;
 - c) Terceiro (3.º) lugar – vencedor da Battle de atribuição do terceiro lugar.
3. São atribuídos prémios aos três (3) primeiros classificados da Grand Final e aos três (3) atletas mais bem classificados no ranking nacional no final da época regular, por categoria e divisão.
4. A natureza e o valor dos prémios atribuídos são divulgados pela organização antes da Grand Final, através dos meios oficiais de comunicação da CAL.

CAPÍTULO XI – Disciplina

Artigo 40.º

(Comportamento Antidesportivo)

1. Considera-se comportamento antidesportivo, nomeadamente:
 - a) A interferência deliberada na execução da rotina do adversário;
 - b) Qualquer atitude de desrespeito, verbal ou não verbal, para com júris, adversários, organização ou público;
 - c) A recusa em cumprir ou a desobediência às instruções legítimas dos júris ou da organização, antes ou durante a competição;
 - d) Qualquer forma de fraude, manipulação de resultados ou tentativa de adulteração da competição;
 - e) Condutas que comprometam a integridade desportiva, a imagem institucional da CAL ou a segurança dos participantes, incluindo a apresentação sob o efeito visível de álcool ou estupefacientes;
 - f) Ausências repetidas e injustificadas aos eventos oficiais da CAL.
2. A prática de qualquer comportamento antidesportivo é passível da aplicação das medidas disciplinares previstas no Artigo 41.º.



Artigo 41.º
(Medidas Disciplinares)

1. Em função da gravidade da infração e das circunstâncias em que ocorreu, podem ser aplicadas as seguintes medidas disciplinares:
 - a) Advertência verbal;
 - b) Desqualificação da Prova em curso;
 - c) Suspensão da participação na Liga até ao máximo de duas (2) Provas;
 - d) Exclusão definitiva da Liga.
2. As medidas disciplinares são aplicadas pela organização, podendo ser precedidas de audição do atleta visado, sendo esta obrigatória nos casos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior.
3. As decisões disciplinares têm aplicação imediata e obrigatória.
4. Das decisões disciplinares cabe reclamação nos termos do Artigo 42.º.
5. A desqualificação e a suspensão são equiparadas, para todos os efeitos, à ausência do atleta das Provas abrangidas, nos termos do Artigo 18.º n.º1.
6. Relativamente a pessoas não inscritas na Liga, a organização pode determinar a saída do recinto de quem pratique comportamento antidesportivo nos termos do Artigo 40.º, bem como impedir o seu acesso a eventos futuros.

Artigo 42.º
(Reclamações)

1. O atleta pode apresentar reclamação escrita, pelo meio previsto no Artigo 5.º n.º1 alínea c), relativamente a decisões da organização que o afetem diretamente, no prazo de setenta e duas (72) horas após a comunicação.
2. A organização comunica a sua decisão fundamentada ao atleta no prazo máximo de setenta e duas (72) horas após a receção da reclamação.
3. A decisão sobre a reclamação é final, não cabendo dela novo recurso.
4. A apresentação de reclamação não suspende os efeitos da decisão reclamada, a qual se mantém em vigor até à decisão final do processo.
5. Sendo a reclamação procedente, a organização adota as medidas de reparação adequadas, designadamente a correção do resultado e da pontuação atribuída, a reposição do atleta no ranking ou a repetição da execução da rotina.



CAPÍTULO XII – Disposições Finais

Artigo 43.º

(Omissões)

1. Os casos não previstos no presente Regulamento, bem como as dúvidas suscitadas na sua interpretação, são resolvidos pela organização da CAL.
2. As decisões tomadas ao abrigo do número anterior devem ser fundamentadas e comunicadas aos intervenientes diretamente afetados, respeitando os princípios da equidade, da integridade desportiva e da coerência regulamentar.

Artigo 44.º

(Força Maior e Cancelamento)

1. Em caso de força maior que impossibilite a realização da época desportiva, a organização pode determinar a sua suspensão ou cancelamento, total ou parcial, comunicando a decisão fundamentada a todos os intervenientes.
2. Ocorrendo o cancelamento antes da realização do Open CAL, os atletas são integralmente reembolsados da taxa de inscrição.
3. Ocorrendo após a realização do Open CAL, o reembolso é proporcional ao número de eventos não realizados relativamente ao total previsto.
4. Não se realizando a Grand Final, não é atribuído o título de campeão da respetiva época desportiva, mantendo-se válidos o ranking nacional e os prémios previstos no Artigo 39.º n.º3 relativos à época regular.

Artigo 45.º

(Alterações ao Regulamento)

1. O presente Regulamento pode ser alterado pela organização sempre que tal se revele necessário ao bom funcionamento da Liga, desde que tais alterações não tenham efeitos retroativos nas classificações nem criem disparidades nos critérios de avaliação entre os atletas.
2. As alterações são divulgadas através dos meios oficiais de comunicação da CAL com uma antecedência mínima de setenta e duas (72) horas relativamente à sua entrada em vigor.



Regulamento Interno Calisthenics Alliance (CAL)

3. Em situações excepcionais, a organização pode aplicar de imediato as alterações necessárias à segurança, integridade ou viabilidade da competição, salvo quanto às regras de pontuação, classificação ou qualificação.
4. Cada versão do Regulamento identifica o respetivo número e data, considerando-se em vigor a última divulgada.

Artigo 46.º

(Proteção de Dados Pessoais)

1. Os dados pessoais recolhidos no âmbito da inscrição e participação na CAL são tratados pela Associação B.W.C.R. — Clube de Calistenia das Caldas da Rainha, na qualidade de responsável pelo tratamento.
2. O tratamento é realizado em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável.
3. A publicação de classificações e resultados competitivos é inerente à participação na Liga e não depende de consentimento.
4. A divulgação de registos de imagem depende de consentimento prestado em documento autónomo e livremente revogável, cuja recusa não impede a participação na CAL.

Artigo 47.º

(Aceitação do Regulamento)

1. A inscrição na CAL implica a aceitação integral do presente Regulamento e do respetivo Anexo Técnico por parte dos atletas.
2. Os atletas ficam vinculados às decisões tomadas pela organização no âmbito da aplicação e interpretação das normas aqui estabelecidas.
3. A não aceitação do presente Regulamento impede a participação em qualquer evento oficial organizado pela CAL.
4. Tratando-se de atleta menor de idade, a aceitação prevista no n.º1 é prestada pelos seus representantes legais.
5. As alterações introduzidas nos termos do Artigo 45.º são comunicadas aos atletas, considerando-se aceites se estes prosseguirem a participação na Liga após a sua entrada em vigor.